

nistração e responder ao Poder Público sobre questões de sua competência, notadamente sobre a contribuição do resultado das investigações criminológicas para a planificação da política criminal; II- Seção de Pesquisa aplicada: proceder ou fazer proceder a pesquisas operacionais nas áreas criminosas e cinturões da periferia urbana, propondo ao CNPP, DEPEN e organismos oficiais do setor social, medidas de prevenção da marginalização social e das novas formas da delinquência. III- Seção de Intercâmbio com a Universidade e Comunidade: manter permanente diálogo com a Universidade, para atualização do ensino, oportunidade de estágios de professores e alunos, campo de pesquisa e experiência científica, bem como contribuir, na informação da opinião pública, sobre problemas da política penitenciária e conscientização da comunidade como corresponsável e solidária com o Estado no tratamento penitenciário e prevenção da delinquência, notadamente quanto a assistência pós-penal e adoção de medidas alternativas à prisão; IV - Seção de Cooperação Internacional: promover o intercâmbio internacional, para o impulso à cooperação em matéria de defesa social, notadamente quanto a troca de conhecimentos e experiências sobre ensino e pesquisa, reunindo e difundindo trabalhos de pesquisa científica e pesquisa aplicada, na área de tratamento penitenciário e planificação da política criminal, bem como contribuir na adoção das normas da legislação positiva da ONU. Art. 12. Compete a Divisão de Apoio Pedagógico: Preparar e submeter ao Conselho de Direção da EPN o programa e as modalidades de ensino, bem como executar as atividades destinadas a oferecer a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da formação inicial, estágios e aperfeiçoamento, e, ainda, efetuar estudos sobre metodologia do ensino, material didático e orientação pedagógica, através da: I- Seção de Apoio Docente: oferecer o suporte material necessário ao desenvolvimento do ensino da pesquisa científica; II- Seção de Apoio Discente: promover assistência ao discente através dos serviços de alojamento e alimentação, concessão de bolsas de estudo e outras formas de ajuda material; III- Seção de Documentação: Biblioteca e Editoração: coletar, classificar, registrar e conservar, produzir e difundir documentação gráfica e audiovisual, bem como propor a aquisição de literatura especializada; IV- Seção de Seleção e Registros: executar as atividades de seleção dos corpos docente e discente e efetuar os registros necessários à expedição de diplomas, certificados e outros documentos, mantendo o sítio atualizado da vida escolar do aluno. Art. 13. O Diretor é auxiliado pelo Diretor da Divisão Administrativa, que o substitui nos casos de impedimento. Art. 14. Cabe ao Secretário-Geral, a direção das tarefas administrativas e financeiras da EPN. Art. 15. O Conselho de Direção da EPN é composto do Diretor-Geral, seu Presidente, e dos Diretores das Divisões Administrativa, de Ensino, de Pesquisa e de Apoio Pedagógico. Parágrafo Único. O Conselho de Direção promove a execução da política pedagógica e das atividades de formação, recomenda

das pelo Conselho Administrativo. Art. 16. As unidades descentralizadas, constituídas pelos Centros Regionais e subordinadas aos seus Coordenadores, compete, no âmbito de suas respectivas circunscrições territoriais, executar e controlar as atividades de ensino e pesquisa, de acordo com as diretrizes da EPN. CAPÍTULO V - Das atribuições - Art. 17. Aos Diretores de Divisão incumbem dirigir, orientar e elaborar projetos e programas de trabalho e acompanhar a execução de tarefas da Divisão. Art. 18. Aos Chefes de Seção incumbem: I- distribuir, orientar e executar os trabalhos da Seção; II- Assistir seu superior imediato no desempenho de suas funções; III- apresentar relatórios sobre serviços executados; IV- fornecer dados para elaboração da proposta orçamentária; V- apresentar anualmente relatório das atividades desenvolvidas. CAPÍTULO VI Disposições Gerais Art. 19. É facultado à EPN: I- implantar e desenvolver cursos de nível de pós-graduação, quer com recursos próprios, quer mediante convênios com Universidades, Centros Culturais e de Pesquisa, nacionais e internacionais, observada a legislação pertinente; II- firmar convênios ou contratos com órgãos da administração pública ou entidades particulares. Art. 20. O Diretor-Geral da EPN poderá deslocar-se no País, em objeto de serviço. Art. 21. O ingresso no curso de adm. à EPN dependerá do preenchimento dos requisitos pertinentes previstos no Estatuto-Padrão do pessoal penitenciário. Art. 22. Podem frequentar os cursos da EPN alunos que não pertençam ao pessoal do Sistema Penal, interessados na formação, atualização ou aperfeiçoamento em ciência penitenciária ou criminológica. Art. 23. Os casos omissos ou dúvidas na aplicação das normas ora estabelecidas serão resolvidos pelo Conselho Administrativo, ad referendum do CNPP. Brasília, 16 de agosto de 1983. Ao concluir o relator, nessa fase presidindo os trabalhos da sessão, transmitiu cumprimentos ao Senhor Diretor-Geral do DEPEN pela excelência do trabalho contido no anteprojeto. Extra - Pauta, foi colocado pelo Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, sugestão no sentido de que o CNPP, considerando os Avisos Ministeriais aos Sistemas Penais locais e, com base na recente experiência do Sistema Penal de São Paulo, recomendasse o deslocamento frequente do juízo da execução penal aos estabelecimentos prisionais, para o levantamento da situação jurídica dos presos e fiscalização da aplicação das normas gerais do regime penitenciário. A sugestão foi acolhida e Resolução nesse sentido será baixada pelo Senhor Presidente. Dado a exiguidade do tempo, a sessão foi encerrada. Me recendo aprovação a presente ata vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

PIO SOARES CANEDO
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária Executiva - CNPP

(Of. S/Nº)

REVISTA DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Divulgação nº 1.346

Nº 99 — Julho de 1983

Preço: Cr\$ 1.100,00

Ministério do Exército

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 739, DE 13 DE SETEMBRO DE 1983

REGULAMENTO DO CENTRO DE ESTUDOS DE PESSOAL (R-18)
(Aprova)

O Ministro de Estado do Exército,

usando da atribuição que lhe confere o Parágrafo Único do Art. 48 do Decreto nº 77.919, de 25 de junho de 1976 e de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, R E S O L V E:

1. Aprovar o Regulamento do Centro de Estudos de Pessoal (R-18), que com esta baixa.
2. Revogar as Portarias Ministeriais nº 1.407, de 19 de setembro de 1973 e nº 1.389, de 13 de setembro de 1974.

WALTER PIRES

TÍTULO I Generalidades

CAPÍTULO I

Do Centro e sua finalidade

Art. 1º - O Centro de Estudos de Pessoal (CEP) é um Estabelecimento de Ensino, Pesquisa e Seleção, que tem por finalidade:

- 1) ministrar cursos e estágios visando a habilitar pessoal para o desempenho de cargos e funções que exijam conhecimentos de psicotécnica militar, de técnica de ensino, de comunicação social, de técnica de administração e de idiomas estrangeiros;
- 2) realizar estudos nos campos da comunicação social, da educação, da psicologia e da administração, para aplicação na área militar;
- 3) gerenciar e executar os projetos de pesquisa que lhe forem atribuídos pelo DEP, com o objetivo de avaliar o potencial humano do Exército e fixar os padrões de seleção, de orientação e de habilitação profissional do soldado brasileiro;
- 4) contribuir para o aperfeiçoamento da doutrina pedagógica aplicável ao ensino e à instrução;
- 5) contribuir para o aprimoramento da Administração do Exército;
- 6) realizar as atividades de seleção e orientação psicológica, na área do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) e em outras organizações militares, quando autorizado.

CAPÍTULO II Da subordinação

Art. 2º - O CEP é diretamente subordinado à Diretoria de Especialização e Extensão (DEE), que orienta e fiscaliza as atividades de ensino, pesquisa e seleção nele realizadas, conforme diretrizes baixadas pelo DEP.

CAPÍTULO III Dos cursos e seus objetivos

Art. 3º - O CEP, para cumprir suas finalidades, mantém os seguintes cursos e estágios:

- 1) cursos de especialização para oficiais;
- 2) cursos de especialização para sargentos;
- 3) estágios de idiomas para oficiais;
- 4) estágios de idiomas para sargentos;
- 5) estágios de assuntos técnico-profissionais para militares e, eventualmente, para civis;
- 6) outros cursos ou estágios de interesse do Exército.

Art. 4º - Os objetivos dos cursos e estágios do CEP são os seguintes:

- 1) habilitar oficiais e sargentos ao desempenho de cargos e funções que exijam conhecimentos de administração, técnica de ensino e educação, comunicação social e psicologia;
- 2) atualizar oficiais e sargentos no conhecimento de idiomas;
- 3) atualizar militares e eventualmente civis no conhecimento de assuntos técnico-profissionais.

TÍTULO II Organização

CAPÍTULO IV

Da organização geral da unidade

Art. 5º - O CEP compreende:

- 1) Comando;
- 2) Divisão de Ensino;
- 3) Divisão de Pesquisa e Seleção;
- 4) Divisão Administrativa;